

# **A AUTONOMIA DOS GOVERNOS MUNICIPAIS GAÚCHOS: A APLICAÇÃO DO ÍNDICE DE AUTONOMIA FISCAL - IAF - PARA OS MAIORES MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL**

Daniele Mendes Caldas Antunes (FURG) daniele.furg@gmail.com

Samanda Silva da Rosa (FURG) samanda\_rosa@hotmail.com

## **Área temática: 2 – Gestão e economia do setor público**

### **Resumo:**

Este estudo busca verificar o grau de autonomia dos municípios gaúchos, abalizado na teoria do federalismo fiscal brasileiro, dirimindo a equidade e eficiência do Sistema Federal de Redistribuição de Recursos para os entes subnacionais pelo período de 1995 a 2013. Tal conjuntura foi balizada com referenciais teóricos atuais quantos as finanças públicas e a contabilidade governamental com a proposta de uma metodologia de aplicação do Índice de Autonomia Fiscal - IAF – no intuito de verificar o grau de autonomia financeira dos municípios estudados. Tal análise justifica-se devido ao seu impacto direto desta autonomia nas políticas públicas locais e atuação destes governos. Como resultado, observou-se que as mudanças na legislação, e principalmente, no que tange a contabilidade governamental com o advento das normas de contabilidade aplicada ao setor público, ao longo do tempo promoveram uma ampliação dos registros fiscais dos municípios de uma forma geral e consequentemente, maior controle e transparência. Entretanto, maiores impactos foram observados, em especial, nos municípios do Rio Grande do Sul com menos de 26 mil habitantes. Para este estudo, destaca-se o IAF calculado para os municípios com mais de 100 mil habitantes e mostrou uma heterogeneidade de resultados para o grupo de municípios. Neste seletivo grupo composto por 18 municípios, a cidade de Santa Cruz do Sul apresentou o maior IAF médio no período analisado. Já Rio Grande, Uruguaiana, Bagé e Passo Fundo obtiveram um desempenho médio também superior aos demais municípios. Destes os municípios que apresentaram um menor grau de autonomia foram: Viamão, Pelotas, São Leopoldo e Alvorada.

**Palavras-chave:** Federalismo Fiscal, Equidade e Eficiência, Autonomia Fiscal, Transferências Governamentais Constitucionais.

## **1. Introdução**

Na busca pelo bem-estar social o governo federal tenta explicitar as razões que estabelecem a existência dos tributos, a alocação destes recursos às transferências aos Estados e Municípios na relação estado/sociedade, procurando a sua harmonização.

As finanças públicas tratam dos gastos do setor público e suas formas de financiamento abrangendo a captação de recursos pelos entes, sua gestão e seu gasto para atender às necessidades da coletividade. Ou seja, é a atividade econômica do Estado, na obtenção de receitas, na realização de despesas, na administração da dívida, bem como no controle da economia pelo fluxo da moeda. De uma forma geral, a teoria das finanças públicas gira em torno da existência das falhas de mercado que torna necessária a presença do governo, o estudo das funções do governo, da teoria da tributação e do gasto público.

Partindo desse pressuposto um processo de reforma fiscal com o objetivo de uma maior harmonização dos tributos poderia ser visto como um novo processo de adequação aos fins acima expostos, e principalmente no que diz respeito aos princípios de equidade e eficiência. Para que tais objetivos possam ser alcançados seria relevante uma modificação das formas de distribuição de recursos com o intuito de aumentar a eficiência desses, pois segundo Callado (2005, p. 47) “o pragmatismo do federalismo brasileiro provém de uma negociação de interesses privados imediatos”.

Segundo Nazareth e Porto (2002) o elevado grau de autonomia fiscal dos governos subnacionais, em especial dos governos municipais, revelado pela participação significativa e crescente dos governos estaduais e municipais na receita e no gasto público e pela autonomia na condução das políticas típicas de governo, é uma característica do federalismo brasileiro consagrada pela Constituição de 1988.

A Constituição Federal de 1988 ao definir os municípios como entidades federativas autônomas, elevando-os à categoria de membros da federação em pé de igualdade com os estados, alterou substancialmente sua estrutura e funcionamento, conforme explicitado por Nazareth e Porto (2002). Dentre alguns aspectos desta alteração, os autores destacam o

reconhecimento da capacidade de auto-organização dos governos municipais; ampliação da competência tributária da esfera municipal de governo, conferindo-lhe o poder exclusivo de instituir e cobrar os impostos e complementou a repartição da competência tributária com o aprofundamento do sistema de quotas de participação, aumentando as transferências intergovernamentais de receitas com o objetivo de equalizar os recursos disponíveis para os municípios, fundamentais para o desempenho de suas atribuições.

Nazareth e Porto (2002) sugerem que os municípios foram os entes da federação mais beneficiados por esse processo. Neste sentido, conforme aborda Diniz (2012) os governos locais têm melhor conhecimento das necessidades de seus jurisdicionados e consequentemente tem mais condições para aplicar os recursos de forma eficiente.

Frente ao exposto percebe-se a importância de acompanhar o comportamento das finanças públicas municipais após tais eventos, com vistas a monitorar e avaliar o impacto destes nos governos locais. Pois conforme Liparizi (2006) na medida em que a transferência de responsabilidades e políticas públicas aos níveis de governo locais é acompanhada pela adequada distribuição de recursos, o nível de sucesso e viabilidade de governos locais autônomos alcança resultados mais significativos.

Sendo assim surge a seguinte questão de pesquisa: Qual a sensibilidade das finanças públicas municipais, no que tange as transferências constitucionais e o grau de autonomia dos maiores municípios no Estado do Rio Grande do Sul? Como resposta a esta pergunta criou-se o Índice de Autonomia Fiscal - IAF que mede a relação entre a receita tributária do município e a sua respectiva renda líquida disponível.

Diante da relevância do assunto, a fim de oferecer uma contribuição às pesquisas na área das finanças públicas municipais, este estudo se propõe a verificar a sensibilidade das finanças públicas quanto as transferências constitucionais e o grau de autonomia fiscal dos municípios gaúchos através do IAF. No entanto estes aspectos também são influenciados pelas mudanças na legislação ao longo do tempo. Este ponto será apresentado na próxima seção e, posteriormente, será apresentada a metodologia e o cálculo do IAF para um grupo de municípios do RS. Por fim apresentam-se as conclusões do artigo.

## **2. Alterações nas legislações contábeis**

As finanças públicas passam por um momento de transição em seus métodos de registro. Uma fase de reestruturação e atualização das suas normas contábeis, justamente no

período analisado, o que resulta ainda em outros reflexos nos dados apresentados, após a Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, que estatuiu normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União e seus entes. De acordo com o sítio eletrônico da secretaria do Tesouro Nacional (Brasil, 2014) as seguintes leis, portarias e decretos complementam a Lei nº 4.320:

- Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade fiscal;
- Portaria nº 184 de 25/08/2008, do Ministério da Fazenda estabelece diretrizes a serem observadas no setor público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público;
- NBCASP editadas em novembro de 2008 - Convergência aos padrões internacionais: (Decreto nº 6.976/2009) - tradução das 30 IPSAS em NBC TSP;
- Portaria STN nº 147/2009 que dispõe sobre a coleta de dados contábeis de 2008 dos estados, do DF dos municípios para cumprimento do Art. 51 da LRF;
- Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009, estabeleceu alguns objetivos com o intuito de promover as adequações necessárias para a convergência aos padrões internacionais de contabilidade;
- Lei Complementar nº 131 de 2009 - Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Lei da Transparência);
- Portaria STN nº 438/2012 que aprova a alteração dos Anexos nº 12 (Balanço Orçamentário), nº 13 (Balanço Financeiro), nº 14 (Balanço Patrimonial), nº 15 (Demonstração das Variações Patrimoniais), nº 18 (Demonstração dos Fluxos de Caixa) e nº 19 (Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido) da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, revoga a Portaria STN nº 665, de 30 de novembro de 2010;
- Portaria STN nº 634/2013 que dispõe regras gerais acerca das diretrizes normas e procedimentos contábeis aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação

das contas públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sob a mesma base conceitual.

O reflexo destas alterações impacta em registros contábeis mais completos para os municípios. A partir da Lei de Responsabilidade Fiscal isto fica mais evidente. Contudo é cada vez mais importante que os agentes públicos responsáveis pela fiscalização destes registros busquem identificar quais são os obstáculos que ainda dificultam o lançamento de informações, principalmente nos municípios com os menores níveis de população. Este artigo identificou esta situação para municípios com população inferior a 26 mil habitantes para o estado do Rio Grande do Sul, ou seja, a ocorrência de ausência de registros.

### 3. Metodologia e cálculo do Índice de Autonomia Fiscal IAF

Esta pesquisa procura investigar o grau de autonomia fiscal dos municípios gaúchos para desenvolver ações e programas alicerçados na sua própria base, sem depender de recursos transferidos de outras esferas de governo. Pois segundo Monteiro Neto (2014) a vasta literatura dedicada ao tema mostra que a capacidade de realização de projetos e ações governamentais de qualquer ente da federação é altamente ligada ao volume arrecadado de seus recursos.

Para analisar a capacidade fiscal dos municípios gaúchos no período compreendido entre 1995 e 2013, optou-se por aplicar metodologia proposta por Vieira (2012, p. 120), com foco na estimação e análise do indicador denominado Índice de Autonomia Fiscal. O índice de Vieira analisava a situação dos estados brasileiros. Aqui se utiliza a base metodológica do autor para os municípios. O índice é definido pela razão entre a receita tributária e a receita líquida disponível (RLD).

O índice de autonomia pode ser assim descrito:

$$IAF_{Absoluto} = \frac{R_{Trib}}{RLD} \quad (1)$$

Onde:

IAF = Índice de Autonomia Fiscal absoluto

$R_{Trib}$  = Receita Tributária

RLD = Receita Líquida Disponível

A Renda Líquida Disponível, por sua vez, é definida conforme a equação 2, a seguir:

$$RLD = RT - (T_{Cor} + T_{Cap} + OC + AA) \quad (2)$$

Onde:

RLD = Receita Líquida Disponível

RT = Receita Total

$T_{Cor}$  = Transferências Correntes

$T_{Cap}$  = Transferências de Capital

OC = Operações de crédito

AA = Alienação de Ativos.

A Receita Líquida Disponível é obtida através da receita total do ente, excluindo-se a soma dos itens transferências correntes e de capital, das operações de crédito e de alienação de ativos, inclusos nas receitas de capital, e ainda a receita tributária como componente fundamental deste índice.

Os resultados obtidos serão relativizados em um intervalo entre zero e um. Quanto mais próximo de um, maior sua autonomia frente aos recursos recebidos das outras esferas de governo, ou seja, maior sua sustentabilidade fiscal e maior a capacidade de alavancar políticas desenhadas pelas particularidades locais dos entes subnacionais, voltadas as necessidades dos seus residentes. Trata-se de um índice que se apóia na capacidade arrecadatória do ente (VIEIRA, 2012). Por outro lado quanto mais próximo de zero maior a vulnerabilidade do município.

Destaca-se que para o cálculo do IAF para os municípios, ao contrário do que Vieira (2012) encontrou para os estados brasileiros, vários municípios em diferentes anos apresentaram IAF absoluto superior a um. Foram os casos de Rio Grande (entre 1,01 e 1,95), Santa Cruz do Sul (entre 1,04 e 1,46) e Uruguaiana (entre 1,02 e 1,31). Estes mesmos municípios também oscilaram valores, para outros períodos da base de dados, inferiores a um. Os resultados mostram que os municípios, frente as suas características individuais, podem apresentar um grau maior de autonomia que os Estados da federação.

Todavia, para facilitar a interpretação optou-se por padronizar o intervalo mínimo e máximo em que os valores do índice de autonomia irão oscilar. Admitiu-se o valor inferior igual a zero, sendo o limite extremo para uma situação de não autonomia fiscal. Inclusive, no

período analisado a cidade de Viamão chega a apresentar um IAF próximo de zero no ano de 2013. O limite superior será obtido através do maior IAF alcançado entre as cidades para cada ano do estudo. A equação a seguir mostra como é feita a relativização do IAF para cada ano para o conjunto de municípios.

$$IAF_i = \frac{(IAF_{i\text{ absoluto}} - IAF_{\text{absoluto mínimo}})}{(IAF_{\text{absoluto máximo}} - IAF_{\text{absoluto mínimo}})} \quad (3)$$

Onde:

$IAF_i$  é o Índice de Autonomia Fiscal relativo da cidade  $i$ , com  $i=1,2,3,\dots, 18$ .

IAF absoluto é o índice obtido pelo município  $i$ .

IAF absoluto mínimo foi adotado como sendo igual a zero.

IAF absoluto máximo de cada ano.

Importante salientar que o autor Vieira (2012) aplicou o referido índice aos Estados do Brasil. Neste artigo aplica-se a mesma metodologia utilizada nos Estados para os municípios de maior população do Estado do Rio Grande do Sul. O IAF não foi calculado para os demais municípios, pois para vários períodos não existiam os registros das variáveis contábeis necessárias para o cálculo do índice.

Até o exercício de 2000, percebe-se que alguns municípios não possuíam dados publicados de suas finanças, porém após o referido exercício, ou seja, após o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF - é notável o aumento das informações contábeis dos municípios no estado do Rio Grande do Sul. A LRF além de obrigar o lançamento das informações também gera responsabilização sobre os atos executivos nos municípios.

A base de dados envolve 360 observações, formada pelos 18 maiores municípios do Rio Grande do Sul, ou seja, os que possuem mais de 100 mil habitantes. Os dados referem-se também aos anos de 1995 a 2013. A seguir são apresentados os resultados.

#### 4. Resultados

A Tabela 1 apresenta a estatística descritiva para o conjunto de variáveis que envolvem o Índice de Autonomia Fiscal - IAF - para os 18 maiores municípios do Rio

Grande do Sul para o período de 1995 a 2013. Em média o IAF ficou em torno de 0,59 em todo o período. No entanto houve grande variação dos valores mínimos e máximos em cada período. Em 2005 o IAF do município de Pelotas ficou com 0,08 e em 2013 a cidade de Viamão ficou com um IAF de 0,13.

Tabela 1 - Estatística descritiva do Índice de Autonomia Fiscal dos maiores municípios do Rio Grande do Sul

<b>Período</b>	<b>IAF Mínimo</b>	<b>IAF Máximo</b>	<b>IAF Médio</b>	<b>Coef. de variação do IAF</b>
1995	0,58	1,00	0,80	15,3%
1996	0,26	1,00	0,76	22,4%
1997	0,55	1,00	0,81	15,7%
1998	0,35	1,00	0,66	26,8%
1999	0,40	1,00	0,69	23,6%
2000	0,38	1,00	0,71	26,5%
2001	0,35	1,00	0,73	25,5%
2002	0,16	1,00	0,35	52,4%
2003	0,24	1,00	0,48	40,7%
2004	0,29	1,00	0,53	37,0%
2005	0,08	1,00	0,60	34,7%
2006	0,32	1,00	0,59	29,9%
2007	0,27	1,00	0,56	36,0%
2008	0,26	1,00	0,43	40,1%
2009	0,25	1,00	0,43	41,0%
2010	0,26	1,00	0,41	38,9%
2011	0,25	1,00	0,43	37,1%
2012	0,32	1,00	0,54	27,9%
2013	0,13	1,00	0,66	28,2%
<b>Média</b>	<b>0,30</b>	<b>1,00</b>	<b>0,59</b>	<b>31,6%</b>

Fonte: Elaborado pelos autores

Em média o IAF para todo o período foi de 0,59 e este valor será utilizado como



referência para apresentar os municípios que se destacaram no período em termos de autonomia. Mais do que uma análise de curto prazo onde se destacaria os resultados a cada ano, busca-se, aqui, uma avaliação de longo prazo. O critério utilizado foi o IAF médio obtido no período para cada município. Os resultados são apresentados na próxima tabela.

O coeficiente de variação calculado na tabela anterior mostra que em média os valores do IAF possuem um grau de dispersão entre os municípios de 31,6%. Este resultado mostra que há uma diferença de autonomia entre as 18 cidades. Um coeficiente de variação abaixo de um por cento indicaria um comportamento homogêneo de autonomia. Os menores coeficientes de variação verificados foram para o período anterior à criação da Lei de Responsabilidade Fiscal, ou seja, 1995 e 1997, os quais foram respectivamente IAF de 15,3 e IAF de 15,7.

Tabela 2 - IAF para os 18 maiores municípios do Rio Grande do Sul classificados pela média de cada município para o período de 1995 a 2013

<b>Municípios</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>
Santa Cruz do Sul	0,68	0,71	0,55	0,69	0,81	0,85	0,96	0,54	0,84	1,00
Rio Grande	0,75	0,85	0,91	0,85	1,00	0,96	0,88	1,00	0,68	0,72
Uruguaiana	0,74	0,69	0,85	0,51	0,61	1,00	0,81	0,43	1,00	1,00
Bagé	0,83	0,84	-	0,77	0,81	0,98	1,00	0,41	0,58	0,64
Passo Fundo	0,86	0,87	0,83	0,81	0,83	0,82	0,88	0,32	0,53	0,60
Canoas	0,65	0,77	0,82	0,82	0,69	0,69	0,76	0,23	0,29	0,58
Novo Hamburgo	0,92	1,00	1,00	0,70	0,88	0,79	0,94	0,50	0,46	0,52
Bento Gonçalves	0,96	0,55	0,96	0,75	0,76	0,68	0,76	0,31	0,47	0,51
Gravataí	1,00	0,26	0,89	0,56	0,60	0,49	0,63	0,37	0,57	0,38
Santa Maria	0,68	0,88	0,84	0,80	0,82	0,75	0,69	0,33	0,41	0,44
Sapucaia do Sul	0,71	0,90	0,84	1,00	0,62	0,75	0,58	0,31	0,41	0,45
Porto Alegre	0,79	0,87	0,89	0,61	0,61	0,67	0,72	0,29	0,45	0,50
Cachoeirinha	0,89	0,73	0,88	0,79	0,77	0,43	0,77	0,21	0,36	0,43
Caxias do Sul	0,73	0,99	0,81	0,49	0,49	0,56	0,50	0,21	0,33	0,38
Viamão	0,68	0,66	0,65	0,59	0,50	0,54	0,49	0,27	0,43	0,51
Pelotas	0,98	0,82	0,78	0,44	0,41	0,88	0,91	0,20	0,24	0,29

São Leopoldo	0,92	0,78	0,63	0,35	0,77	0,38	0,46	0,16	0,26	0,32
Alvorada	0,58	0,59	0,58	0,35	0,40	0,49	0,35	0,27	0,31	0,36
										<b>Média</b>
										<b>1995-</b>
<b>Municípios</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2013</b>
Santa Cruz do Sul	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	0,87
Rio Grande	0,89	0,87	0,99	0,53	0,43	0,47	0,46	0,51	0,77	0,76
Uruguaiana	0,90	0,84	0,81	0,72	0,70	0,36	0,51	0,75	0,98	0,75
Bagé	0,66	0,62	0,64	0,42	0,45	0,44	0,46	0,65	0,82	0,67
Passo Fundo	0,60	0,59	0,55	0,46	0,43	0,45	0,46	0,58	0,71	0,64
Canoas	0,72	0,74	0,62	0,50	0,40	0,50	0,49	0,67	0,70	0,61
Novo Hamburgo	0,51	0,48	0,41	0,32	0,25	0,26	0,31	0,41	0,54	0,59
Bento Gonçalves	0,59	0,58	0,50	0,33	0,44	0,42	0,42	0,49	0,70	0,59
Gravataí	0,80	0,59	0,70	0,41	0,57	0,52	0,47	0,59	0,62	0,58
Santa Maria	0,60	0,63	0,52	0,41	0,33	0,33	0,40	0,52	0,56	0,57
Sapucaia do Sul	0,56	0,62	0,58	0,34	0,36	0,35	0,29	0,44	0,73	0,57
Porto Alegre	0,52	0,52	0,50	0,40	0,39	0,41	0,39	0,57	0,73	0,57
Cachoeirinha	0,56	0,49	0,52	0,40	0,33	0,37	0,37	0,53	0,61	0,55
Caxias do Sul	0,46	0,48	0,41	0,34	0,34	0,35	0,36	0,48	0,57	0,49
Viamão	0,58	0,48	0,41	0,36	0,39	0,33	0,41	0,44	0,13	0,47
Pelotas	0,08	0,32	0,27	0,26	0,26	0,27	0,29	0,39	0,53	0,45
São Leopoldo	0,34	0,32	0,32	0,28	0,31	0,28	0,31	0,43	0,54	0,43
Alvorada	0,48	0,42	0,35	0,29	0,30	0,31	0,25	0,32	0,74	0,41

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nota: O município de Bagé no ano de 1997 não apresentava lançado no seu balanço o conjunto de rubricas necessária para o cálculo do IAF.

Os municípios que no período total de análise sinalizam um maior grau de autonomia fiscal são: Santa Cruz do Sul, Rio Grande, Uruguaiana, Bagé e Passo Fundo. Com destaque para Santa Cruz do Sul, o qual nos últimos 10 anos se mantém como o município que apresentou o maior IAF ininterruptamente. No grupo inferior estão os municípios de Viamão, Pelotas, São Leopoldo e Alvorada. Porém há um destaque a ser feito em relação ao município de Alvorada, pois em 2013, o município obteve um IAF de 0,74, o qual desvia completamente

de sua trajetória. Isto pode sinalizar uma mudança do grau de autonomia, o que poderá ser confirmado por trabalhos futuros.

A capital do estado, Porto Alegre, apresentou uma trajetória de maior autonomia em relação aos demais 17 municípios entre 1995 e 1997. No ano de 2002 o IAF chegou a 0,29, sendo o menor resultado do índice para todo o período. No entanto, em média, o grau de autonomia fiscal de Porto Alegre está próximo à trajetória média do conjunto dos 18 municípios, onde a média da capital do Estado ficou em 0,57. O IAF médio para os 18 municípios foi de 0,59. Aliás, dentre todos os 18 municípios, os que fazem parte da Região Metropolitana de Porto Alegre não estão presentes no grupo de maior autonomia, muito pelo contrário. Dos cinco menores níveis de autonomia fiscal três municípios da região metropolitana estão neste grupo, sendo eles, Viamão (IAF=0,47), São Leopoldo (IAF=0,43) e Alvorada (IAF=0,41).

Trabalhos futuros poderão utilizar o IAF municipal para fazer correlações com outras variáveis municipais buscando identificar quais ações dos agentes públicos municipais são realizadas a fim de aumentar o nível de bem-estar da sociedade.

## **5. Conclusão**

Com o objetivo de verificar o grau de autonomia dos municípios gaúchos quanto as transferências de recursos, abalizado na teoria do federalismo fiscal brasileiro, o presente estudo abordou, de forma breve, aspectos históricos da conjuntura do sistema tributário brasileiro e do federalismo fiscal através do conjunto de leis que, ao longo do tempo, foram regulamentando a esfera pública no que tange a União, os Estados e os Municípios. Tudo isto gerou um padrão de lançamentos de rubricas contábeis que serviram de base para que se possa medir o grau de autonomia fiscal dos municípios com mais de 100 mil habitantes para o Rio Grande do Sul.

Para medir o grau de autonomia fiscal foi criado o Índice de Autonomia Fiscal. O IAF é calculado da razão entre Receita Tributária do município e a Receita Líquida Disponível. O IAF após ser relativizado para o grupo de municípios analisado permite hierarquizar o grau de autonomia no grupo de cidades envolvidas.

Quanto mais próximo de um, maior sua autonomia frente aos recursos recebidos das outras esferas de governo, ou seja, maior sua sustentabilidade fiscal e maior a capacidade de

alavancar políticas desenhadas pelas particularidades locais dos entes subnacionais, voltadas as necessidades dos seus residentes.

Os resultados mostraram uma heterogeneidade de autonomia fiscal entre os municípios. O município de Santa Cruz do Sul, localizado na região mais central do estado do RS foi a referência em termos de autonomia fiscal. Entre 2004 e 2013, período da análise, Santa Cruz do Sul apresentou os melhores resultados em termos do IAF.

A capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, apresenta um nível médio de autonomia fiscal e, os municípios que fazem parte da Região Metropolitana de Porto Alegre onde aqui foram calculados seu IAF apresentaram uma situação de baixo IAF de uma forma geral.

Além de Santa Cruz do Sul, apresentaram um grau de autonomia acima da média histórica aqui utilizada, os municípios de Rio Grande, Uruguaiana, Bagé e Passo Fundo.

O artigo identificou também que após a implementação da Lei de Responsabilidade Fiscal no Brasil houve um significativo aumento no lançamento de registros fiscais nos municípios gaúchos com população inferior a 26 mil habitantes. No entanto é necessária uma ação mais efetiva na busca de identificar as dificuldades que estes municípios estão passando para fazer o devido registro nas contas fiscais.

Como perspectiva de trabalhos futuros sugere-se a realização de pesquisas voltadas para correlacionar os investimentos realizados pelos municípios em que o IAF foi calculado neste artigo com os investimentos realizados por estes municípios.

## 6. Referências

ANTUNES, Daniele Mendes Caldas. **O Rio Grande do Sul no federalismo brasileiro: a autonomia dos governos municipais gaúchos**. Monografia para obtenção do título de bacharel em ciências econômicas na Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Rio Grande, 2014. Disponível em: <<http://www.economia.furg.br/images/banners/Monografias/20142/Monografia%20Daniele%20Mendes%20Caldas%20Antunes%20-%2020142%20final.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2016.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Finanças do Brasil (FINBRA)**. Brasília: STN, Disponível em [www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br). Acesso em outubro de 2014.

CALLADO, M.C. “Zur Geschichte und aktuellen Ausgestaltung des Finanzausgleichsystems in Brasilien unter besonderer Berücksichtigung der

**Teilhabe Fonds der Einzelstaaten (FPE) und der Kommunen (FPM)**” [Sobre a História e a Estrutura Atual do Federalismo Fiscal no Brasil sob a Perspectiva particular dos Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM)], Logos Verlag, Berlin, ISBN 3-8325-1121-0, 2005.

DINIZ, Josedilton Alves. **Eficiência das transferências intergovernamentais para a educação fundamental de municípios brasileiros**. 2012. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

FEE-RS; **Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul. Séries Históricas do PIB**. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/pib-rs/estadual/serie-historica/>>. Acesso em: 16 jul. 2014.

LIPARIZI, Fabrício Bacelar. **Descentralização fiscal no Brasil: evolução e tendências recentes**. 2006. 142 f. Dissertação (Mestrado em Administração) -Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

MONTEIRO NETO, Aristides. **Governos Estaduais no Federalismo Fiscal Brasileiro: capacidades e limitações governativas em debate**. Brasília: IPEA, 2014.

NAZARETH, Paula Alexandra; PORTO, Luiz Fernando Lopes. **As Finanças dos Municípios Brasileiros: o caso do Rio de Janeiro**. Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, jan./2002.

VIEIRA, Danilo Jorge. Um estudo sobre a guerra fiscal no Brasil. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.